

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 102.ª Sessão Ordinária
(Convocação Extraordinária)
Realizada em 6 de Julho de 1971 — (Terça-Feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Domício Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Marciano Baraniuk, Leopoldo Jacomel, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Arthur de Souza, Emilio Carazzai, João Fadel e Paulo Camargo (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE. — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nos 96-71, 125-71 e 133-71.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer um voto de regozijo pelo transcurso, dia 4, do aniversário do "Jornal da Manhã", de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 6 de julho de 1971.

(a) — David Federmann

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário,

Considerando

1) — a tramitação por esta Casa, do Projeto de Lei n.º 126-71, oriundo de Mensagem Governamental, que objetiva conseguir autorização legislativa para a contratação de empréstimo ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em moeda estrangeira, destinados a atendimentos de despesas com obras já executadas, ao custeio de obras de infraestrutura e de outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais ou plurianuais;

2) — que referido empréstimo ou financiamento será feito em nome do povo paranaense que, em última análise, será o beneficiário e responsável pelo pagamento do mesmo;

Requer

a Vossa Excelência, que determine a convocação do Excelentíssimo Senhor Doutor Lineu Klüppel, Digníssimo Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado do Paraná, para que compareça a esta Assembléia Legislativa, com a máxima urgência, em dia fixado por esta Presidência, a fim de prestar os seguintes esclarecimentos, que determinarão a posição da bancada do MDB, em face do assunto:

1) — Quais são as obras já executadas e a serem custeadas com os recursos financeiros provenientes da autorização legislativa acima.

2) — Em quanto montam hoje as despesas do Estado com obras executadas?

3) — Qual o débito do Governo do Paraná a organismos nacionais e internacionais, referentes a empréstimos obtidos por órgãos da administração direta e indireta, e a quanto montam os principais juros, taxas e como estão sendo amortizados?

4) — Qual o montante previsto, ainda, na Lei Orçamentária atual, para novos investimentos?

Sala das Sessões, em 6 de julho de 1971.

(aa) **Nivaldo Krüger**

Alvaro Dias

Sebastião Rodrigues Junior

Muggiati Filho

Nelson Buffara

Hélio Manfrinato

Domicílio Scaramella

Domicílio Fruct

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER seja enviado ofício ao Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, no sentido de serem enviados mais funcionários para a Circunscrição de Trânsito de Umuarama.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1971.

(a) — **Marciano Baraniuk**

JUSTIFICATIVA:

A circunscrição de Trânsito de Umuarama, abrange diversos municípios e, só em Umuarama, existem mais de três mil veículos; lá se encontra em serviço somente um funcionário, para atender esse número elevado de veículos, e atender o trânsito da cidade em acidentes e outras ocorrências, não havendo condições, mesmo com eficiência e muita boa vontade por parte daquele funcionário; o público se acha prejudicado, dando motivos constantes a outros desentendimentos diretos com o funcionário, dos contribuintes mais exaltados.

E para evitar tais descontentamentos que solicitamos as providências do Detran em enviar mais funcionários para Umuarama.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER seja enviado ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando incluir no Plano de Obras do D.E.R., o asfaltamento do trecho que liga a cidade de Umuarama com a Rodovia asfáltica, num trecho aproximadamente de 1 quilômetro. E ainda, para maior segurança no que se refere os trânsitos de veículos na entrada da cidade é necessário que o D.E.R., através de sua divisão competente elabore um projeto do trevo, visto que é o único que oferece segurança aos veículos naquela entrada.

Sala das Sessões, 6 de Julho de 1971.

(a) — Marciano Karciniuk

Justifica-se o presente, já pelo exposto acima, mais vale ainda acrescentar que o referido trecho a ser ligado, mede somente 1 quilômetro, não onerando tanto os cofres do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer a Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Negócios dos Transportes, contendo apêlo no sentido de que S. Exa. determine a autorização, com a maior brevidade, possível, do pagamento das horas extras em atraso, de janeiro a junho do corrente ano, e das diárias desde o mês de abril, aos funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem.

O pedido ora formulado é profundamente humano e justo, visto que os funcionários não podem ajustar-se às prementes exigências do cotidiano sem estarem com os seus pagamentos em dia, situação esta que, confiando no seu alto espírito público, certamente será resolvido.

Sala das Sessões, em 6 de julho de 1971.

(a) — Domício Scaramella

PROJETO DE LEI N.º 134-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no lugar denominado Vila Casone, na Zona Nordeste da cidade de Londrina.

Art. 2.º — As despesas para esta iniciativa correrão por verba consignada na Lei de Meios.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 1971.

(a) — Álvaro Dias

JUSTIFICATIVA: — A Câmara Municipal de Londrina, por proposição apresentada pelo vereador José Antonio Del Ciel, acaba de encaminhar ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Cultura, reivindicação no sentido da construção de um Ginásio Estadual na Vila Casone, naquela cidade norte-paranaense. A iniciativa constitui uma solicitação dos moradores daquela Vila, assim como dos parques, jardins e vilas adjacentes, que for-

mãem a região mais populosa da cidade, que não conta com um estabelecimento secundário que possa atender às milhares de crianças e jovens com curso primário. Atualmente, esses jovens têm que se deslocar à distância para procurar um ginásio, uma vez que o mais próximo é o "Marcelino Champagnat", na rua Salvador.

E de se ressaltar, ainda, que o referido ginásio poderá atender as Vilas Paglia, Fraternidade, Santa Terezinha, Matarazzo, S. Paulo, Jardins Helena, São Luiz, Castelo, Shinzeto, Ideal, S. Lourenço, Oriente, S. João, S. Coelho, Kase e Vila Yara, que formam a Zona Nordeste, em cuja área se concentra um quarto da população de Londrina e que ainda não recebeu esse importante benefício.

Além dos motivos expostos, com o atendimento dessa reivindicação, o Governo resolveria o sério problema da falta de vagas no ensino médio, motivo de constantes preocupações.

PROJETO DE LEI N.º 135-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos, para funcionar a partir do ano letivo de 1972.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários à constituição e funcionamento da escola criada por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA: — O objetivo de todas as medidas para um desenvolvimento acelerado é a igualdade social a ser atingida, através da elevação do nível cultural de um povo. Todos devemos participar do moderno progresso que se espalha pelo mundo em suas mais variadas espécies.

Incremento técnico e o nosso objetivo, ao propormos a criação e instalação, no próximo ano letivo, de uma Escola Técnica Rural, no Município de Jacarezinho, para formação de pessoal especializado em conhecimentos técnicos para o aperfeiçoamento e extensão da infra-estrutura como base do desenvolvimento social, com vistas a uma assistência mais efetiva ao homem do campo, no setor agropecuario e na formação de seus técnicos.

A atividade de especialistas representa uma importante colaboração para o desenvolvimento da agropecuária, pois esta depende muito de um eficiente combate das epidemias animais. As vacinações são de maior importância. Para isso são necessários grande numero de técnicos, modernos laboratórios e uma constante formação de profissionais.

Eu, Nobres e preclaros colegas, os motivos que nos animam a apresentar o presente plano de lei, para o qual esperamos contar com o valioso e indispensável apoio de vossas Excelências.

PROJETO DE LEI N.º 136-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do município de São Pedro do Paraná, o curso de Ensino Normal Colegial, para funcionar a partir do ano letivo de 1972.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários à constituição e funcionamento do curso criado por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1971.

JUSTIFICATIVA — Com o presente plano de lei pretendemos criar um Curso Normal Colegial, na sede do município de São Pedro do Paraná, para funcionar a partir do ano letivo de 1972.

O elevado número de crianças que concluem, atualmente, o curso primário naquela próspera região, justifica plenamente a criação do curso que ora se pleiteia, pois não pode o Poder Público continuar ausente neste importante setor que é a educação secundária.

Diante destas circunstâncias, esperamos contar com o indispensável apoio dos nobres colegas na aprovação desta medida, que temos a honra de submeter à elevada apreciação da Casa.

PROJETO DE LEI N.º 137-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná (FUNDENORPA).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) **Wilson Fortes.**

JUSTIFICATIVA: — A Fundação Educacional do Noroeste do Paraná tem por finalidade incrementar o desenvolvimento do ensino superior e atividades culturais, como entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavai, ou de outras instituições de caráter educacional que vierem a ser criadas naquele Município.

O presente Plano de Lei tem por escopo, numa medida justa e oportuna, o reconhecimento da utilidade pública dessa instituição que, numa época em que os esforços governamentais estão voltados para a expansão educacional, tanto tem contribuído para o desenvolvimento do ensino, de modo efetivo e concreto, incrementando cursos superiores e atividades culturais, e mantendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquela progressista comunidade paranaense.

O Sr. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao sr. deputado Antonio Belinati, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O Sr. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, deixo da palavra.

O Sr. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Erondy Silvério.

O Sr. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Voto a tribuna na tarde de hoje, porque ontem, quando recebi as notas taquigráficas contendo a resposta do Prefeito de Curitiba a três requerimentos que fizemos, nos não atinamos para o fato de que um Prefeito de uma Capital, tivesse se baseado em noticiário de jornais, para responder êle sim, levemente, a um Poder Legislativo, constituído de homens de respeito e que tem uma posição digna perante o povo do Paraná.

Não tenho culpa se o jornal "Tribuna do Paraná" enganou-se num zero e escreveu que o plano SERETE custaria 140 milhões de cruzeiros. Nosso requerimento sonha informações se o plano custará 140 mil cruzeiros. Mas, acontece que o Prefeito, aflito e instável emocionalmente, quis promover-se mandando a esta Casa uma resposta, a meu ver malcriada e que, infelizmente,

foi lida pelo sr. 1.º Vice-Presidente da Casa, sem antes ter dado ciência ao Deputado que fez o pedido de informações, quebrando uma praxe adotada desde, talvez, a fundação do Poder Legislativo. Primeiro dá-se ciência ao Deputado requerente, para depois a súmula constar do Expediente; nunca é lida, como o fez o nobre Vice-Presidente da Casa.

Portanto, quero devolver à Mesa, por considerar intempestiva, a resposta do sr. Prefeito, e aguardar que ele responda ao assunto com a seriedade que merece, porque não fiz demagogia desta Tribuna; eu fiz três indagações ao Sr. Prefeito não respondê-las, porque não tem obrigação, não há imposição legal para a resposta, mas, confiando apenas no seu elevado espírito público, em sua formação, não esperava jamais do sr. Prefeito, baseado em noticiário de jornal, que mandasse a resposta que mandou. Estou fazendo levantamento da ficha subversiva da pessoa que redigiu esta resposta, porque conheço bem a formação ideológica de quem redigiu a resposta a este povo e, por mais incrível que pareça, apenas hoje estão saindo desta Casa, através dos officios 810, 811 e 812, as informações que nós solicitamos e apenas hoje a Mesa da Assembléia Legislativa está encaminhando os nossos requerimentos ao Prefeito da Capital. Não podemos aceitar que ele, baseado em noticiário de jornal, não quero imputar responsabilidade ao noticiário de jornais, mas baseado apenas em noticiário de jornais, venha S. Exa., o sr. Prefeito, com uma resposta como esta, não respondendo o que o povo precisa saber e vai saber, e além disso faltando com o respeito a esta Casa de leis. Portanto, quero devolver à Mesa. Não aceito porque é intempestivo, é malcriado, faltou com o respeito a um representante do povo da Capital que, por 16 anos, representou o povo desta terra, tanto na Câmara Municipal, pois foi por 5 vezes Vereador e já exerceu a função de Prefeito por três vezes, embora interinamente; teve diversas atuações na vida pública, e merece o respeito de uma autoridade constituída e este officio aqui, perdoe-me o Prefeito de Curitiba, não merece o respeito de ninguém; e nem deveria ter sido lido no Expediente desta Casa. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

A Presidência da Assembléia Legislativa do Paraná recebeu um telegrama do Sr. Pedro Calmon, Presidente da Comissão de Comemoração do Congresso Nacional, com os seguintes dizeres:

(Lendo):

"Exmo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Curitiba — PR:

Permita-me Vossência nome Comissão Coordenadora Homenagens Centenário Castro Alves sugira que no dia seis julho pela voz representante povo desse Estado seja memória grande poeta comemorada em sessão Assembléia Legislativa pt Agradecendo comunicação a respeito envio Vossência atenciosas saudações. — Pedro Calmon, Presidente Comissão.

Esta Presidência solicita ao nobre deputado Antônio Lopes Júnior, que faça uma Saudação em nome do Legislativo do Paraná, ao poeta Castro Alves, atendendo assim às solicitações da Comissão de Homenagem do Congresso Nacional.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente e srs. Deputados.

É com grata satisfação que aceito a incumbência de dizer alguma coisa, embora rapidamente, a respeito desta figura extraordinária que foi Castro Alves. Neste dia, em todos os Legislativos Estaduais espalhados pela Carta Geográfica, estão se realizando ou vão se realizar sessões extraordinárias, solenes, para comemorar o centenário de Castro Alves. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, assoberbada por uma convocação extraordinária, e com trabalhos também extraordinários, não poderá realizar, como desejava

a Mesa, uma sessão extraordinária e solene, mas se desincumbe neste instante desta missão, trazendo à Tribuna um dos seus representantes, para que diga alguma coisa a respeito de Castro Alves.

Foi muito bem lembrada esta sugestão da Comissão do Congresso Nacional, recebida pelo deputado João Calmon, porque necessitava realmente, sr. Presidente e srs. Deputados de trazer sempre presente na memória do povo brasileiro as suas sagradas tradições.

E Castro Alves desempenhou um trabalho e um papel extraordinários, no seu tempo e na sua época que precisa ser revivido, cada um dentro do seu setor, dentro das suas atividades principalmente quando um vulto como Castro Alves se destaca de modo extraordinário. E nós, que cremos no Brasil — que se erge do passado, e desfila aos nossos olhos como uma mensagem de estímulo às gerações futuras — temos que ter presente o exemplo de Castro Alves. Ele não foi apenas o "Poeta da Escravatura", ele foi o poeta que falava, que cantava, em nome do povo brasileiro, na sua época. Porisso talvez por este motivo é que os representantes do povo no Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas de todos os Estados brasileiros resolveram fazer esta comemoração.

E como se ele fôsse o Deputado mais representativo do novo brasileiro, porque ele representava encarnava na época o espírito da juventude, o espírito da liberdade, o espírito que queria acabar, para sempre a mancha da escravidão que pairava sobre a história da nossa Pátria. Assim, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná associando-se às homenagens, que se prestam ao ilustre poeta neste dia, o faz com destemor e com satisfação, porque Castro Alves foi o poeta do arrebatamento, da coragem cívica e do entusiasmo. Seu espírito deve estar sempre presente na memória dos brasileiros. Que o exemplo de Castro Alves frutifique em todos nós, e que nós possamos dizer que, com esta dedicação seguindo o seu exemplo, o seu entusiasmo, a sua coragem cívica, marcharemos através do futuro. E nada haverá que nos detenha, porque marcha conosco a consciência da Pátria e a honra da nossa família. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Wilson Fortes, constantes do Expediente. Necessitam de apoio: — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, constante do Expediente. Necessita de apoio: — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 126-71, de autoria do Poder executivo — Mensagem n. 18-71, encaminhando Anteprojeto de Lei solicitando autorização ao Poder Executivo para contrair empréstimo ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), para os fins que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Em Regime de Urgência.** — Em discussão.
Estado do Paraná

MENSAGEM N.º 18/71

PROJETO DE LEI N.º 126-71

Curitiba, 24 de junho de 1.971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em moeda estrangeira, destinados ao atendimento de despesas com obras já executadas, ao custeio de obras de infra-estrutura e de outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais ou plurianuais.

As relevantes finalidades e o elevado interesse público na aprovação da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa do Estado, consubstanciam-se no próprio texto do art. 1.º do Plano de Lei em questão, onde se contém a destinação dos valores a serem obtidos nos empréstimos ou financiamentos objetivados.

Do anexo anteprojeto de lei consta dispositivo expresso, segundo o qual os empréstimos ou financiamentos a serem tomados, obedecerão às normas emanadas das autoridades monetárias federais e, bem assim às exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira da União.

É previsto, ainda, no anteprojeto ora encaminhado, que, para efeito de amortização e resgate do principal, juros, taxas adicionais e comissões, constarão dos orçamentos dos exercícios futuros as necessárias dotações, sendo, também, prevista autorização para abertura de créditos suplementares nos limites e com os recursos de abertura subordinados ao produto dos empréstimos ou financiamentos de que cuida a medida legal proposta.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em moeda estrangeira com base na cotação cambial da época da operação, destinados ao atendimento de despesas com obras já executadas, ao custeio de obras públicas de infra-estrutura e de outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais ou plurianuais.

Parágrafo único — A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, com um ou vários mutuantes e em qualquer data, até que seja atingido o montante previsto.

Art. 2.º — O prazo, carência, juros, taxas adicionais e comissões, referentes aos empréstimos ou financiamentos a serem tomados, obedecerão às normas pertinentes ditadas pelas autoridades monetárias federais e às exigências dos órgãos encarregados da política econômica-financeira da União.

Art. 3.º — Para obtenção de empréstimos ou financiamentos a que se refere a presente Lei, fica o Governo do Estado, Banco do Estado do Paraná S. A. e o Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A., autorizados a emitir Notas Promissórias até o valor previsto no artigo 1.º, negociáveis, transferíveis e com o aval do Tesouro do Estado, ou pelo Banco do Estado do Paraná S. A., ou ainda pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A., respeitados quanto a estes as limitações legalmente impostas referentes ao capital, juros e taxas adicionais, em favor de financiadores estrangeiros.

Art. 4.º — Para efeito de amortização e resgate do principal, juros, taxas

adicionais e comissões, constarão dos orçamentos dos exercícios futuros as dotações necessárias, de conformidade com as condições de prazo e valores constantes dos empréstimos ou financiamentos a serem contraídos, devendo tais valores serem reajustados na proporção das oscilações cambiais que advierem.

Art. 5.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Estado, nas dotações e consignações respectivas, créditos suplementares até o valor de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), servindo como recursos para sua abertura e produto dos empréstimos ou financiamentos de que trata a presente lei.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 126-71

O Projeto de Lei n. 126-71, oriundo da Mensagem Governamental n. 18-71, está amplamente justificado e não fere dispositivos constitucionais ou legais. O meu voto é pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1.971.

aa) Muggiati Filho — Presidente
Emílio Carazzai — Relator
Cândido Martins de Oliveira
Sebastião Rodrigues Júnior
Gilberto Carvalho
Armando Queiroz

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 126-71

Oriundo da Mensagem Governamental n. 18-71, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimo ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em moeda estrangeira, destinados ao atendimento de despesas com obras já executadas, ao custeio de obras de infraestrutura e de outras relativas a programações contidas em orçamentos anuais e plurianuais.

A matéria é de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, razão pela qual não há qualquer impedimento de ordem financeira.

Além do mais, a iniciativa em questão foi devidamente examinada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, na qual mereceu parecer favorável. Nestas condições, somos pela sua aprovação.

S.M.J., é o Parecer.

Sala das Comissões, em 5 de julho de 1.971.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente
Ovídio Franzoni — Relator
Maurício Fruet, com restrições. Justificativa em Plenário.
Paulo Poli.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para discutir) Sr. Presidente, nobres srs. Deputados.

Encaminha o sr. Governador do Estado a esta Casa, Mensagem em que solicita autorização legal para contrair empréstimos no exterior, até o montante de 800 milhões de cruzeiros.

Vou votar favoravelmente à matéria, porque sem dinheiro ninguém consegue realizar obras. E o Paraná é um Estado em crescente expansão. Não pode — sem parodiar o lema de São Paulo, — mas o Paraná não pode parar, na situação em que se encontra.

As nossas estradas precisam ser asfaltadas; precisamos de obras de infra-estrutura, mesmo no setor de telecomunicações, que ainda não tem a sua programação completa. Precisamos de obras de infraestrutura em todos os setores das atividades humanas. E o Governo do Estado não pode, evidentemente, apenas com a sua receita, demandar tal expansão ao plano de obras que o Paraná necessita na sua crescente caminhada para o progresso. Isso é natural em todos os Governos.

Não venha se dizer, aqui nesta Casa, que o Governo de Haroldo Leon Peres está contraíndo uma dívida para legar aos seus sucessores, porque o Governo não é de Haroldo Leon Peres. O Governo é impessoal; o Estado é uma entidade jurídica. O Estado não é de ninguém: é do povo. E este povo, com seu trabalho, com o seu dinamismo e com a sua ânsia de progresso, há de trabalhar, há de produzir para que o Paraná possa solver seus compromissos contraídos, não só no plano interno, mas também no exterior.

Não podia, sr. Presidente e srs. Deputados, o povo de minha terra votar de outra forma, porque, como Líder do Governo Paulo Pimentel nesta Casa, utei tenazmente para que o sr. Paulo Pimentel obtivesse os mesmos recursos nas mesmas fontes, para as mesmas obras a que se propõe o governador Haroldo Leon Peres.

E esta Casa abriu um crédito de confiança ao governador Paulo Pimentel, concedendo-lhe todos os empréstimos que foram solicitados, para energia elétrica, tele-comunicações, asfaltamento de rodovias, construções as mais diversas, de que necessitava o povo paranaense. E o que se viu ao final de cinco anos de Governo, foi uma obra impar na história administrativa do Paraná. Uma obra maravilhosa que saltou aos olhos do povo paranaense e que aí está concreta, palpável, grandiosa, atendendo o progresso de nosso Estado, atingindo seus ideais, seus anseios de desenvolvimento, a fim de que possamos, em futuro bem próximo, ser, na realidade, o segundo Estado da Federação Brasileira.

Estou de pleno acôrdo com a Mensagem Governamental. Apenas, a língua é o chicote de uma palavra, que o decôro parlamentar impede-me de pronunciar neste instante. O sr. Haroldo Leon Peres bem cedo está recebendo a chicotada. Porque nesta Casa, ali, ao lado do Presidente, ele verberou o Governo anterior. Ele tem dito aos quatro cantos do Paraná que o Governo contraiu empréstimos que comprometiam o Estado do Paraná em quase um orçamento. Afinal de contas, não vamos mais relembrar o episódio. Todo o Paraná sabe que o ex-Governador, numa justa atitude de homem de bem, de homem que está tranqüilo com sua consciência, certo de haver bem aplicado o dinheiro a que esta Casa lhe concedeu autorização para emprestar no exterior, certo de ter dado ao Paraná obras que aí estão, à vista de todos, encaminhou a esta Assembléia uma carta pedindo que se constituísse uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que os senhores Deputados e o povo do Paraná pudessem aquilatar da honestidade de sua administração, da justeza com que ele aplicou os recursos obtidos através de empréstimos externos, devidamente autorizados por este Poder Legislativo.

E o atual Governador do Paraná, bem cedo, mais cedo do que esperávamos, teve que encaminhar a esta Casa um pedido de autorização legal para contrair os mesmos empréstimos, talvez nas mesmas fontes em que o sr. Paulo Pimentel obteve os recursos para administrar o Paraná. E está certo o sr. Haroldo Leon Peres. Estava errado quando quis fazer demagogia, nesta Casa, dizendo que recebia o Estado em frangalhos; que recebia o Estado com dívidas, esquecido, talvez, que aquele dinheiro foi aplicado em obras que necessitava, que reclamava o povo do Paraná.

Mas, está certo o sr. Haroldo Leon Peres quando vem a esta Casa pedir que lhe forneçamos o instrumento legal e indispensável para que ele possa trazer ao Paraná recursos e dinheiro para poder continuar aquela administração que foi exemplar, no ponto de vista e com relação à obras de infraestrutura e de interesse público.

Fazemos votos de que o sr. Governador Haroldo Leon Peres, ao final de seu mandato, deixe o dobro da dívida que deixou o sr. Paulo Pimentel, mas que deixe o dobro das realizações que deixou o seu antecessor. Porque o Estado, tal como uma empresa, não pode programar a tempo certo. O sr. Haroldo Leon Peres não pode programar obras para ficarem prontas no último dia de seu governo; deve continuar suas realizações, deve contrair empréstimos e aplicar em favor do povo, e o governo que o sucederá pagará as dívidas que ele deixar; e este governo, por sua vez, contrairá novas dívidas para seu sucessor pagar. Esta é a história da administração pública; ninguém poderá modificar, ninguém de bom senso; só por má fé se pode pretender modificar a sistemática da administração. A administração pública é como uma empresa, deve reinvestir sempre, aplicar sempre, para que a empresa possa progredir e com seu progresso contribuir para a grandeza da Nação.

O Estado é uma empresa que deve crescer sempre. Os empreiteiros não podem ficar parados. O Estado é o melhor patrão. O Estado deve reiniciar, imediatamente, seu plano de obras, para que as firmas empreiteiras não se vejam a braços, amanhã, com problemas sociais, às vezes de difícil solução.

Portanto, necessário se torna que as obras de asfaltamento de nossas principais rodovias sejam continuadas, que as obras do Instituto de Educação que está ali, atrás do Palácio Iguazu, que sua obra seja reiniciada.

Todas as obras devem ser reiniciadas. Que o Paraná esteja pronto para sua grande arrancada; que não haja solução de continuidade na administração do Estado, a fim de que o Estado, o comércio, a indústria, o povo, não sintam na carne os efeitos de uma paralização de suas obras.

Vou votar favoravelmente, não para agradar, mas para bem cumprir o meu mandato. Todas as Mensagens que vierem a esta Casa e que forem de interesse do povo, levarão o meu voto. Mas, todos os atos praticados em detrimento do povo paranaense, terão a minha repulsa imediata, em nome do eleitorado e do povo que represento nesta Casa.

Era, só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Nivaldo Krüger, orador inscrito.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Atendendo a requerimento de convocação extraordinária, eis que nos encontramos, os Deputados que integram este Legislativo, com atenções voltadas para as mensagens enviadas pelo Executivo paranaense, algumas delas referentes à reestruturação do organismo estatal e outras, como a que temos em mãos, e que hoje é discutida pela primeira vez, solicitando recursos financeiros, ou melhor, autorização para o Governo do Paraná negociar um grande empréstimo no exterior. Este empréstimo, segundo a própria justificativa, destina-se ao atendimento de despesas com obras já executadas e ao custeio de obras de infra-estrutura e outras despesas, relativas à programação contida em orçamentos anuais e plurianuais.

Assim situou o sr. Governador do Paraná o seu ponto de vista, ao solicitar à Assembléia autorização para, em consequência disso, solicitar ao Congresso Nacional, autorização para negociar tão vultoso financiamento.

Francamente, srs. Deputados, nós não conhecemos, não sabemos quais as obras já realizadas, aludidas por S. Exa. Não sabemos quais os recursos que atenderão, que serão comprometidos com esse financiamento. Sabemos, entretanto, que o compromisso há de ser pago pelo povo do Paraná.

O Governo ao solicitar e a Assembléa ao conceder essa autorização, estão autorizando o Governo, em nome do povo que trabalha, produz, gera recursos, que se esforça e que se sacrifica. Então, nos parece justo que, ao votarmos matéria de tamanha importância, antes de situarmos-nos diante desse fato, obtenhamos as mais amplas informações sobre o financiamento e sua aplicação.

Parece-me razoável e não me parece impertinente, que a bancada da oposição solicite os mais amplos esclarecimentos a respeito da matéria. Creio que o povo do Paraná nesta hora quer saber sobre o destino desse empréstimo. Afinal é quase um trilhão de cruzeiros velhos. Até onde isso encarecerá a economia do povo? Até onde isso reverterá e repercutirá em favor da coletividade paranaense? Quais as obras de infra-estrutura que o Governo pretende realizar e pagar com tal financiamento?

Assim, srs. Deputados, há ainda um aspecto que deve chamar a atenção de todos nós, no parágrafo único do artigo 1.º, que diz: "A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, com um ou vários mutuantes e em qualquer data, até que seja atingido o montante previsto".

É aceitável que o Governo do Paraná recorra ao crédito de que dispõe e se o Estado do Paraná encontrar instituições financeiras em condições de propiciar recursos desse montante no exterior, ou no próprio País, como diz a Mensagem, queremos concluir que a situação do Estado não é tão má quanto foi alardeada, aqui mesmo, pelo sr. Governador do Estado. Fosse a situação do Estado tão grave e tão difícil, o Governo não teria condições, não teria o Estado do Paraná condições de pleitear o financiamento de 800 milhões de cruzeiros novos, e se o sr. Governador do Estado o faz é, certamente, porque já encontrou fontes interessadas em propiciar ao Paraná estes recursos. Vota-se hoje, pela primeira vez, o Projeto e para votar-se é necessário aquela orientação a que já nos referíamos. Entretanto, sr. Presidente, como não é possível obtê-la de pronto, nós encaminhamos, através de requerimento, no intuito de nos esclarecermos, pois seria um absurdo e ficaria diminuída no seu crédito a bancada da oposição, se se levantasse aqui, obstinada, contra uma Mensagem que tem em vista um financiamento desta monta. Queremos nos informar, sr. Presidente, queremos informações objetivas, claras, amplas, para que o Paraná saiba, que em seu nome, para que o povo paranaense saiba, que em seu nome está sendo assumido um compromisso imenso, que os lavradores do Paraná saibam que as instituições financeiras do exterior confiam na capacidade de produção da gente da lavoura do Paraná, que os industriais e até os operários saibam que, em seu nome, o Governo do Estado do Paraná está contraindo vultuosíssimo empréstimo, e saiba para que se destina para que este empréstimo venha servir à coletividade paranaense e que não se destine apenas a alguns grupos que têm em vista grandes construções, como já assistimos noutros tempos e noutros Estados da Federação brasileira, empréstimos vultuosos servirem para estruturação de grupos econômicos que, duma noite para o dia, se transformam em potências econômicas à custa, não do Governo, mas do sofrimento do povo tão sofrido, tão cansado de contribuir. É nesta situação que se encontra a bancada do MDB. Pensando no povo, naqueles que produzem e muito principalmente dos lavradores, dos agricultores. É deles que provém a grande contribuição do Paraná. E é ele que terá que pagar, em última análise, o financiamento, o empréstimo, contraído pelo Governo.

O sr. Antônio Beilinatti — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Ilustre e nobre Deputado. Procuramos ler atentamente o Projeto do sr. Governador e pudemos ver que se trata de um projeto muito vago, que não esclarece absolutamente nada, não esclarece a fonte donde, logo após a aprovação deste projeto, serão buscados os recursos, se bem que as demarches neste sentido estejam bem adiantadas, não se fala taxativamente de onde será

o empréstimo, mas já é sabido que o sr. Secretário da Fazenda já se antecipando à decisão desta Assembléia, fez uma viagem aos Estados Unidos, objetivando conseguir ali dinheiro para o Paraná, e nós lamentamos profundamente que, neste Projeto não se fale no prazo em que se pagará o maior empréstimo da história do Paraná e nem nos juros a serem pagos, porque se falta nos juros ditados pelas autoridades monetárias federais, mas já há normas federais, poderia ficar mais bem fundamentado, bem redigido um projeto que envolva uma importância extraordinária de 800 milhões de cruzeiros. Este projeto mereceria uma melhor redação e um melhor esclarecimento, para que os ilustres Deputados pudessem, melhor orientados porque, infelizmente, do jeito que está não esclarece absolutamente nada.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa. e realmente não deixa de ter razão. Por outro lado, também reconheço uma dose de razão do Governo do Estado no envio de proposta nestas condições, pois é da técnica legislativa em não se entrar em pormenores. Cabe a nós, que desejamos esclarecimentos, solicitá-los, e é o que estamos fazendo, não tendo em vista obstruir a ação do Governo, nunca, mas apenas ter conhecimento profundo da questão é, quem sabe, depois de informados, passaremos a defender o projeto aqui desta tribuna, na íntegra. Porque até o momento não estamos tomando a bancada do MDB, uma posição contrária ao projeto, apenas estamos na feita posição de buscarmos esclarecimentos necessários, que não se contém no projeto.

Assim, vamos encaminhar um requerimento, e apelo à bancada do Governo nesta Casa que o aprecie com o equilíbrio que lhe é peculiar e que o aprove. Dessa forma teríamos condições e contribuições que serviriam não só de esclarecimento a nós, mas ao povo, porque os Deputados do Governo, pela facilidade que têm, convivendo com o Governo, já os têm a respeito da questão. Mas nós não conhecemos as razões, os motivos e tudo que possa esclarecer a respeito desse projeto. Dai porque assumimos essa posição.

Votaremos, hoje, srs. Deputados, com o projeto, sem contudo assumirmos o compromisso de passarmos a votar com ele daqui para frente. Se negadas as informações, ou se as informações a nós não chegarem, ficaremos nos reservando o direito de assumirmos outra posição, já decorrente dessa atitude inicial.

Então, encaminho a V. Exa., sr. Presidente, o seguinte requerimento (Lê):

“Que determine, como é regimental, a convocação do exmo. sr. dr. Lineu Kluppel, digníssimo Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, para que compareça a esta Assembléia Legislativa, com a urgência devida, em dia fixado por esta Presidência e de comum acôrdo com S. Exa., a fim de prestar os seguintes esclarecimentos que determinarão a posição da bancada do MDB, em face do assunto:

a) quais as obras executadas e a serem custeadas com recursos financeiros provenientes da autorização legislativa acima?

b) a quanto montam, hoje, as despesas do Estado com as obras executadas?

c) quanto desse financiamento será destinado para pagamento de obras já executadas?

d) qual o débito do Governo do Paraná com organismos nacionais, internacionais, referentes a empréstimos obtidos pelos órgãos da administração direta e indireta?

e) a quanto montam os principais juros e taxas e como estão sendo amortizados?”

Diz a Mensagem, (interessante esse aspecto da questão), que parte do orçamento é para a execução de obras já executadas. Sabemos, através desta Assembléia, que se concedeu ao Governo do Estado autorização para

negócios financeiros em instituições nacionais e internacionais, para determinadas obras. Quais as obras? Porque solicita-se hoje, novos recursos para pagamento de obras que já foram concluídas? Entendemos nós se já foram concluídas, estavam incluídas na programação de financiamentos concedidos anteriormente.

Então se pergunta, porque me parece da máxima importância, pois é necessário que o povo do Paraná vá se acostumando com os atos do Governo, governo aberto, com conhecimento pleno de todo o povo, para que o povo se integre no Governo; apoie o Governo, mas para que também firme a sua opinião e, onde for necessário criticar, rejeitar e compreender, porque alguns homens às vezes, representantes do povo, levantam-se contra determinadas mensagens; vamos analisar, tomar conhecimento e votar com pleno conhecimento de causa; esta a intenção da bancada do MDB. Por isso, encaminho a V. Exa. fazendo apelo à bancada do Governo, para que apoie este requerimento, com a presença do ilustre sr. Secretário da Fazenda, que se aterá exclusivamente a estas perguntas. Será uma grande oportunidade da Assembléia Legislativa, dialogar com o Governo, através do sr. Secretário da Fazenda do Estado.

As perguntas estão aí. Se S. Exa. desejar atender a esta convocação, ficarão honrada esta Assembléia e nossa bancada, de maneira excepcional. E, esclarecidos como esperamos ser, pois cremos que o Governo do Estado tenha para este empréstimo, uma destinação ideal, para o Estado do Paraná, votaremos com a presente Mensagem.

Era só, sr. Presidente. — (Com revisão do orador)

O SR. IVO TOMAZONI — (Para discutir) — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A Mensagem Governamental 18.71, que dá em consequência a redação do Projeto de Lei 126.71, que está sendo submetida a consideração desta augusta Assembléia Legislativa, que visa conceder autorização ao sr. Governador do Estado para que gestione no sentido de obter, para o Tesouro do Estado, financiamento externo, até o montante de 800 milhões de cruzeiros.

Sr. Presidente, para os Deputados que conhecem o plano de obras da atual administração, é da maior urgência que se aprove o presente plano de lei.

Sabem os srs. Deputados que toda a obra de infraestrutura, desde que planejada e executada racionalmente, dá, a curto ou a médio prazo, rentabilidade que cobre a aplicação do dinheiro, promovendo o desenvolvimento do Estado e o bem estar, a elevação do nível de vida da sua população.

Não estamos preocupados em obter informações que possam, a grosso modo, ser qualificadas de informações detalhadas. Porque no próprio texto do Ante Projeto de Lei, nós observamos que a aplicação da importância, a que se refere este plano de lei, será destinado ao pagamento de obras já executadas; ao custeio de obras públicas de infraestrutura, constante do Orçamento anual e do pluri-anual.

Sei que todos nós temos preocupações nesta Casa, pois defendemos aqui a execução de obras de infraestrutura para as nossas regiões.

Deste modo o Governador do Estado haverá de aplicar considerável importância em obras do maior interesse para a minha região do sudoeste paranaense. Porque os setores rodoviário, aeroviário, ferroviário e também portuário serão altamente beneficiados com a obtenção do pretendido empréstimo. Refiro-me, especificamente, a uma região que, no setor de estradas, está completamente abandonada. Do plano prioritário da administração do sr. Haroldo Leon Pêres consta a construção da estrada asfaltada que demanda de Pato Branco no sentido de Vitorino, Renascença, Marmeleiro, para ali encontrar o traçado da estrada internacional, que também consta

do Plano, que sai de Coronel Vivida no sentido de Itapejara do Oeste, e vai atingir Francisco Beltrão nas imediações de Marmeleiro para encontrar, em Barracão, a transcontinental que vem de Buenos Aires, no sentido de Missões, e já está chegando em Baracão.

Também do Plano governamental consta uma das estradas cuja necessidade é urgente, aquela que, saindo de Pato Branco, atinge os municípios de Ambé, Santa Isabel do Oeste, Realeza, Planalto e Capanema.

Hoje com as chuvas que têm desabado, em especial na região sudoeste paranaense, o Governo está tendo o inconveniente de verificar que comerciantes, industriais, profissionais liberais e os próprios colonos afixaram, em seus automóveis, caminhões e até em carroças, panfletos ofensivos à administração estadual, culpando-a pela inexistência de estradas melhores.

Recebi hoje, em envelope fechado, sem comentários, um panfleto desses.

O Governo precisa urgenciar a construção de estradas para atender aos reclamos da população daquela região e evitar que brasileiros, vindos de outros Estados da Federação, lendo panfletos desta natureza, considerem que o Governo não está se preocupando no atendimento das aspirações de nossa gente.

Diz o panfleto: "Visitem Santo Antônio, Paraíso do Oeste, Planalto e Capanema, antes que o resto da estrada se acabe".

O sr. Haroldo Leon Péres, que assumiu há poucos meses o Governo do Estado, está saindo das dificuldades principais de sua administração, aquelas que justificam a sua presença no Governo, aquelas que justificam seu Governo humano, dando prioridade ao pagamento dos atrasados do funcionalismo público. E não vamos relembrar aqui o "quantum" da dívida encontrada, porque é do conhecimento de todos os srs. Deputados a situação afiliva em que se encontrava o Tesouro do Estado na data da posse do atual Governador.

Nós mesmos, nesta Casa, Deputados da ARENA e do MDB, dissemos aqui e até apelamos ao sr. Governador do Estado que, com sua equipe, procurasse fontes que pudessem emprestar-lhe dinheiro para fazer face ao pagamento da dívida, por em dia seu plano de obras.

Nós sabemos da rentabilidade de uma estrada asfaltada numa região rica, prospera e produtiva como é a do Sudoeste paranaense. Uma estrada que haveria de se pagar, quem sabe, dentro do prazo em que o Governo terá que pagar o montante do empréstimo obtido. Não na preocupação maior, porque sabemos que, quando se diz que é o povo quem vai pagar o montante da estrada, é verdade. Mas não se está discutindo aqui aumento de impostos; tributação maior para recursos maiores existirem para o pagamento de dívida a se consolidar. Porque o Governador do Estado, tanto quanto nós sabemos, sabe que o Paraná tem uma força de recuperação extraordinária, e que nós dependemos em grande parte, de um clima propício para, a curto prazo, arrecadar o dobro do que o atual Governo arrecada.

O sr. Nivaldo Kruger. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, V. Exa. acompanhou a nossa breve explanação. E creio que V. Exa. não põe em dúvida o nosso desejo de buscar esclarecimentos a respeito desse financiamento, que significará quais os ônus que dele decorrerão para o Erário Estadual e, conseqüentemente, para o povo.

Agora, há de se compreender que nem todos — V. Exa. é um privilegiado em conhecer — conhecem o plano de obras do Governo do Estado.

O Governador do Estado, se não me engano, não enviou a esta Casa seu plano; se enviou foi somente a alguns Deputados. Os deputados do MDB não foram premiados com o plano de S. Exa., que acho deva ser magnífico pois S. Exa. e seu governo tiveram tanto tempo e tantos recursos para planejar.

Desconheço se existe esse plano.

Mas, V. Exa., nobre Deputado, pega um ângulo da questão, o Rodov-

viário, importantíssimo, aliás, tanto que estou de acôrdo com V. Exa. nessa questão. Porque as estradas estão péssimas, terríveis, há um descuido muito grande por parte do Governo no setor viário. Tanto que, há poucos dias, apresentei um projeto de Lei criando uma Companhia de Estradas Alimentadoras no Paraná. Projeto de grande alcance. Mas, nobre Deputado, desconheço se, no Paraná, existe uma filosofia de governo. Onde o Governo quer enegar? Porque, pelo que tenho ouvido nesta Casa, o atual Governo discrepa da orientação do governo anterior, embora ambos sejam do mesmo partido. Então, gostaríamos de ter conhecimento da filosofia deste Governo, quais os pontos básicos onde quer enegar, para onde deseja conduzir o Paraná, mas em termos objetivos, em termos racionais, em termos técnicos e ponticos, porque V. Exa. há pouco disse que nesse financiamento incluem-se recursos para os portos. Mas nós sabemos que os portos têm uma política especial, não estão subordinados ao Governo do Estado, sabemos disso e temos conhecimento, por informações prestadas pelo Administrador do Porto de Paranaguá, que os portos são totalmente independentes. Independem do orçamento do Estado, têm orçamento próprio, recursos próprios, e que receita tributária está em sua. E o conhecimento que tenho. Peço desculpas a V. Exa. pela nossa ignorância, mas se isso é pecado, também é pecado da parte do governo, de não nos informar sobre essa questão.

Veja, nobre Deputado, V. Exa. traz um aspecto do problema, mas o Paraná não se fixa apenas no problema rodoviário; são fundamentais as rodovias, são obras de infraestrutura, mas discordo, inclusive, da conceituação rodoviária dominante no Paraná de hoje. Discordo, porque se pretende investir maciçamente em estradas que têm um significado material, mas que são artérias, espinhas dorsais, como dizia há poucos dias, do sistema rodoviário, e não se investe em estradas alimentadoras que servem os centros de produção. Por esta razão estão a surgir os foinetins. Na minha cidade, há poucos dias, os veículos portavam disticos "queremos tal estrada, queremos isso e aquilo".

O DER de Guarapuava nem sequer paga seus funcionários, que estão com 4 meses de atraso.

Então, vamos analisar com objetividade, como V. Exa. quer analisar, mas em conjunto. O que pleiteamos através do requerimento formulado, e que nos sejam enviadas informações adequadas, para podermos aqui formular um juízo. Ao voltarmos para o interior do Estado, queremos poder enfrentar nosso povo e dizer: porque votamos uma autorização dessa ordem.

Estou encompridando meu aparte, mas quero dizer a V. Exa. que fui procurado por varios industriais, e na minha região a indústria contribui muito para o Orçamento, que querem saber por que esse financiamento. Esta é a razão porque encaminhamos nosso requerimento.

O SR. IVO TOMAZONI — Nobre Deputado, louvo, por um lado, a preocupação de V. Exa. e o cuidado que V. Exa. e a bancada liderada por V. Exa. têm tido na votação dessas matérias postas à nossa consideração. Mas veja, nobre Deputado, V. Exa. nos considera privilegiados por conhecermos detalhes do plano de obras do governo do Estado. Talvez não sejamos privilegiados; há uma diferenciação que deve ser feita, entre os Deputados tidos como Deputados que apoiam o governo e os Deputados que fazem oposição ao governo. Nós temos encargos e responsabilidades maiores. Se V. Exa. observar os gabinetes dos Deputados da situação, V. Exa. há de observar que sempre estão abarrotados de gente. Há sempre uma soma de trabalho muito maior.

Há poucos dias, quando votávamos nesta Assembléia um Anteprojeto de Lei, também consequência de uma Mensagem Governamental, que visava conceder ao Poder Executivo dilatação de prazo para o envio a esta Assembléia do orçamento plurianual; quando, preocupados com essa disposição

procuramos conhecer os detalhes, tivemos oportunidade de conhecer o plano de obras que já estava sendo inserido o plano plurianual, com as importâncias que estavam sendo destinadas aos diversos setores, e daí ter me referido ao assunto rodoviário, portuário e aeroviário.

Tenho certeza de que o Líder de nossa Bancada haverá de esclarecer, de dar detalhes do plano de obras do governo, e V. Exa. irá observar que a destinação dos recursos pretendidos no exterior por este Governo, haverão de propiciar o desenvolvimento do Estado do Paraná, e V. Exa. disse bem no aparte que me deu, que me concedeu; não se faz nada sem dinheiro, muito menos estradas. V. Exa. concorda comigo que os distritos rodoviários estão a necessitar de motoniveladoras, de tratores, de dinheiro para custearem as despesas com a conservação das estradas, com a reconstrução das pontes, dos pontilhões. O Estado, no setor rodoviário, está a zero, praticamente, e as reivindicações da população das diversas regiões do nosso Estado são reivindicações justas, prementes, necessárias de serem atendidas e, sem dinheiro, meu filho, não se faz absolutamente nada. Nós teríamos que aguardar, quem sabe no exercício que vem.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. fala de uma forma, de uma maneira como que querendo dar a impressão de que nos da oposição estamos contra a construção de estradas. Absolutamente. Nós sabemos que sem dinheiro não se faz nada, mas queremos é saber para que se destina este dinheiro, que é o que nós não sabemos. Parece-me que há um pequeno erro de colocação. V. Exa. diz que os Deputados do Governo têm maiores encargos, e eu acho que os maiores encargos cabem aos Deputados da oposição. Os Deputados do Governo têm os maiores privilégios, as maiores vantagens, mas nós achamos que os grandes encargos cabem aos Deputados da oposição, que é o encargo exatamente de fiscalizar e nós ficamos a descoberto, fora da trincheira, em nome do povo, em nome do mesmo povo que V. Exa. defende, e em nome do mesmo povo é que o Governo executa seus planos, e em nome deste mesmo povo nos nos colocamos para fiscalizar, querendo, na melhor das intenções, dar a melhor destinação aos recursos que, em última análise, provêm do povo.

O SR. IVO TOMAZONI — Nobre Deputado, longe de mim, por favor me acredite, querer ser deselegante. Em momento nenhum. Perdoe-me se o fui. É a preocupação de correr à fonte e obter a informação, quantas horas, quantos dias, quantas semanas, quantos meses, nos diálogos, nas mesas, tomando chá de banco, porque os encargos dos administradores são enormes, esperando que, numa audiência, nos fosse lido pelo Governo o seu plano de obras, em vários setores. Isto demanda tempo e muita paciência, muito espírito de renúncia. Quantas vezes gostaríamos de sentar na Biblioteca do Poder Legislativo, estudar uma Lei e nos fixarmos no estudo dela, ou de um Decreto, para quando abordássemos nesta Tribuna falássemos com a propriedade, com a autoridade com que V. Exa. e tantos Deputados da oposição têm feito, mas não temos tempo de ir à Biblioteca e fazer a leitura de um Decreto, em função destes detalhes, que nós consideramos como ônus, como sacrifício nosso e, veja V. Exa., sem ser deselegante, há um apresentador muito popular de Televisão que diz que quem não se comunica se trumbica. Veja V. Exa., nobre deputado Nivaldo Krüger, com todo o respeito da parte do Executivo Estadual, nunca houve intenção de marginalizar a bancada do MDB. Sempre que nós temos conversado com S. Exa. o sr. Governador, ele tem manifestado o interesse e o desejo de que a bancada da oposição tenha diálogo com o Governo, com os homens que fazem o Governo, que são os responsáveis pela organização do plano de obras. Quem sabe, deputado Nivaldo Krüger, quanto não poderia ganhar com isto V. Exa., como Líder da bancada da oposição, mostrar ao Secretário dos Transportes,

por exemplo, que determinada estrada seria mais rentável economicamente para o Governo, para o povo, do que a outra estrada.

Ou, veja V. Exa., quanto poderia significar em economia de tempo para o Governo, o valor das informações que V. Exa. poderia trazer.

O sr. Sebastião Rodrigues — Permite um breve aparte?

O SR. IVO TOMAZONI — Pela ordem não, hierarquicamente. Mas, pela ordem, volto a conceder o aparte ao nobre deputado Nivaldo Krüger.

O sr. Nivaldo Krüger — Obrigado.

O sr. Ivo Tomazoni — Em seguida, eu concederei o aparte ao nobre deputado Sebastião Rodrigues.

O sr. Nivaldo Krüger — Deputado Ivo Tomazoni, V. Exa. reclamava, há pouco, de estar assoberbado. Eu tenho visto que V. Exa. tem estado assoberbado de trabalho, o ônus do destaque que V. Exa. conquistou nesta Casa, ônus da posição destacada de V. Exa., em rechar nas mãos grande parte da administração deste Legislativo, é em decorrência do trabalho e do prestígio de V. Exa., eu reconheço isso.

Agora, quanto ao diálogo com o Governo, depende, é uma questão de ponto de vista. Nós queremos o diálogo com o Governo; o que estamos fazendo é dialogar com o Governo. Agora, me parece que planos de Governo, me parece que recursos de governo, devem ser debatidos ampla e abertamente, razão porque nós nos omitimos, nunca nos iurtamos ao diálogo. Ao enviarmos este requerimento, nós estamos pedindo o diálogo, nós estamos querendo o diálogo, e isto o que eu acho magnífico. Um diálogo, não de bastidores, não de portas fechadas, mas um diálogo aberto, que o povo possa assistir, que o povo possa acompanhar, me parece de grande valia para o Estado do Paraná. Para este diálogo, illustre Deputado, nós estamos a disposição de todos os Secretários de Governo, do sr. Governador do Estado e de todos os homens do Governo; aí então, quem ganha com isso é o povo do Paraná, a nossa bancada, a sua bancada, e, assim, nós estaremos fazendo jus a uma esperança de nova mentalidade política e administrativa no Estado do Paraná. Este diálogo nós queremos, nós desejamos; mas um diálogo amplo, aberto e franco, para que as pedras sejam colocadas abertas e amplamente. Porque consideramos a posição que nos encontramos, de homens que pertencem a um partido que não é um partido de Governo, me parece mais digno, mais justo, mais correto e decente, este diálogo franco e aberto que pretendemos realizar e que, tenho certeza, V. Exa. também entende desta maneira.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite agora, nobre Deputado?

O SR. IVO TOMAZONI — Antes de conceder o aparte a V. Exa., só para me justificar.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador, que tem dois minutos para concluir a sua oração.

O SR. IVO TOMAZONI — Obrigado.

Nobre Deputado, tudo ao seu tempo. Hoje, nós discutimos aqui se esta Casa de Leis deve ou não conceder a S. Exa. o sr. Governador do Estado, autorização para a obtenção deste empréstimo, e caberá a esta Casa e a V. Exa., inclusive, e até acho bom que o Governo do Estado não tenha especificado, neste Anteprojeto de Lei, quais as obras que deverão receber estes recursos para a sua execução. Porque nós vamos, a partir do mês que vem, discutir aqui o orçamento anual e plurianual. É evidente que se esta Casa de Leis der ao Governo do Estado, condições de inserir no orçamento plurianual e anual determinadas obras, excluir as outras, estas é que irão merecer a aplicação dos recursos. Eu concedo o aparte a V. Exa. Tem o aparte o sr. deputado Sebastião Rodrigues.

O sr. Sebastião Rodrigues — Nobre deputado Ivo Tomazoni, meu aparte já quase se tornava desnecessário, face aos esclarecimentos que prestou a V. Exa., o nobre deputado Nivaldo Krüger. Eu entendo que a convocação do

ilustre Secretário da Fazenda é a prova cabal do desejo de diálogo de nossa bancada com o Governo do Estado, diálogo franco, diálogo aberto. Lembro a V. Exa. que, inclusive, há alguns dias atrás, compareceu na Câmara dos Deputados um ilustre Ministro do Governo Federal, Mário Andreazza, que foi àquela Casa de Leis para prestar os esclarecimentos e os informes necessários, a cerca de construção, bastante tumultuada, aliás, da ponte Rio-Niterói.

Eu entendo que esta é a forma mais ampla de Governo.

E quando ao Projeto de Lei aqui remetido, por S. Exa. o sr. Governador do Estado, quanto à forma genérica, eu entendo como V. Exa. diz, que ela está em termos globais, estipulado o destino do empréstimo para obras de infraestrutura, pagamento de dívidas por conta e obras já executadas, etc. etc. Mas eu entendo também que economia exige, dentro das obras de infraestrutura, uma certa hierarquia da conveniência de determinada região. Todo Deputado tem uma séria responsabilidade para com sua região. Nós gostaríamos de saber qual a destinação; a que obras se destina esta importância; qual a parte que caberá à nossa região. Da mesma forma que outros Deputados quererão saber qual a parcela que se destinará à sua região. Porque em todo o Estado existem obras prioritárias. Queremos uma divisão justa da aplicação deste crédito. E do interesse de todos nós sabermos onde será aplicado este dinheiro.

V. Exa. citou muito bem o exemplo de uma estrada que liga Francisco Beltrão a Capanema. Nós que viemos do Sudoeste sabemos da necessidade de estradas para a nossa região, e todos que têm interesse na construção destas estradas, também sabem. Não podemos admitir tranquilamente que se faça a destinação de parte deste empréstimo à construção de outras estradas, e que esta não seja construída. Nós precisamos saber isto, sob pena de votarmos no escuro e amanhã termos a nossa região a nós cobrar a nossa posição nesta Casa.

Nós votaremos em primeira discussão, favoravelmente à Mensagem Governamental; nosso propósito é colaborar na evolução do Paraná. E esperamos ser atendidos, para que possamos votar conscientemente e aprovar, se necessário à boa administração.

O SR. IVO TOMAZONI — Ao deixar a tribuna, tempo esgotado, tenho certeza que prestadas as informações pelo Líder da nossa bancada, o MDB haverá de se convencer definitivamente de que a injeção desses recursos no tesouro, é necessária para fazer face às obras já planejadas, que haverão de atender ao desenvolvimento do Estado, com parcelas destinadas a todas as regiões de nosso Estado.

Era só, sr. Presidente, — (Sem revisão do orador).

O SR. JOÃO MANSUR — (Para discutir).

Sr. Presidente, srs. Deputados.

Esta Casa assiste hoje o debate em torno da Mensagem Governamental que pede autorização legislativa para contrair empréstimo de 800 mil cruzeiros, a fim de fazer face, com os recursos necessários, à administração do atual Governo.

É muito natural a preocupação dos eminentes Deputados que integram a bancada do Movimento Democrático Brasileiro, com assento na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Côncios de suas responsabilidades, diversos Deputados manifestaram seus pontos de vista favoráveis à aprovação desta Mensagem Governamental. Mas, preocupados e querendo saber da destinação destes mesmos recursos, o que é muito justo, lógico e natural. Quero, nesta oportunidade, louvar a atitude dos Deputados que integram a bancada da oposição nesta Casa, porque, só com atitudes desta natureza, eles estarão cumprindo com o seu dever, com suas obrigações e com a responsabilidade que têm perante o povo do Paraná.

O Governo de nosso Estado, ao enviar a esta Casa a Mensagem, é evidente que teria que dar também as devidas explicações para que todos os Deputados tomassem conhecimento da destinação deste dinheiro.

Permito-me neste instante abordar este assunto, procurando levar aos eminentes Deputados os esclarecimentos que tenho em mãos, a fim de que se capacitem e possam realmente votar cientes e conscientes do ato que estão praticando.

(Lendo):

"REEQUIPAMENTO RODOVIÁRIO

O equipamento rodoviário é indispensável, pois pela sua utilização pode o Departamento de Estradas de Rodagem atender a uma das mais importantes funções, qual seja, a conservação da rede de rodovias a cargo do Estado, que abrange cerca de 8.500 Km.

Não seria de modo algum possível ao órgão rodoviário paranaense manter em condições de tráfego a sua rede de estradas, sem contar com os recursos modernos da técnica.

Na realidade, os serviços de conservação de estradas são de grande monta, e até o momento a solução deparada como exequível é a de executá-los administração direta, pois devido à grande amplitude dos mesmos, não seriam suficientes os recursos disponíveis ou se obter para que tais trabalhos fossem executados pelo regime de empreitada.

Cumprе assinalar que a eficiência, a segurança e o preço de custo dos transportes em muito dependem do estado de conservação da rodovia e, pelo consequente, da sua constante e apurada manutenção.

Pela rede de rodovias existentes são transportadas dia a dia maiores quantidades de toda a espécie de mercadorias produzidas no Paraná e grande contingente de passageiros.

A fim de preservar as estradas quanto aos efeitos da ação combinada dos agentes do interperismo (erosão, solapamentos, recalques), como da movimentação do tráfego, que provocam desagregação, ondulações, retiradas de materiais, estragos no nivelamento dos leitos e na sua consolidação, são necessários trabalhos de restauração, aplainamento, compactação, recomposição das pistas e outros serviços imprescindíveis, que economicamente requerem que se disponha de equipamentos recomendáveis.

Cumprе ressaltar que o patrimônio representado pelas estradas devem merecer cuidados sistemáticos não só para tornarem-se efetivamente rentáveis, como para garantir o aumento da sua vida útil econômica, com constantes reparos, quer preservando a estrutura viária, quer dotando-a de condições satisfatórias.

Comprovada a procedência de dispor-se de equipamento, é facilmente evidenciada a necessidade do reequipamento rodoviário, o que é demonstrado pelo fato de frontado no aspecto em questão de que 50% do equipamento registrado no patrimônio do DER está paralisado como inservível e portanto só pode ter um fim — o de ser classificado nas diversas categorias de sucata, para fins de alienação e retirada da carga (patrimonial); — 50% do equipamento continua em uso precário, por já ter ultrapassado bastante a sua vida econômica; logo, constitui-se a continuidade do seu emprêgo como operação onerosa, anti-econômica.

Não consegue o DER mais atender à demanda da conservação de rodovias, porquanto não conta com o equipamento, que precisa ser renovado, e isto provoca consequências graves, como:

- colapso na conservação da rede rodoviária, principalmente não pavimentada;
- avarias e consequente ruína na rede pavimentada, com sérios prejuízos patrimoniais e na fluidez do tráfego.
- agravamento nas condições de trânsito ou até mesmo a interrupção

de alguns lances de rodovias, com profundos ônus para os usuários, encarecimento dos transportes, e avultados prejuízos para a economia estadual.

Denote-se, pois, que na realidade o DER está carente de equipamento rodoviário como caminhões, motoniveladoras, pás carregadeiras, tratores, rôlos compactadores e britadoras e outros tipos de equipamentos rodoviários empregados no atendimento e manutenção de estradas.

Imperativa é a aquisição de equipamentos para a qual a despesa de Capital prevê-se no montante de cerca de sessenta milhões de cruzeiros, ou de aproximadamente doze milhões de dólares.

SITUAÇÃO DO EQUIPAMENTO EXISTENTE

O Departamento de Estradas de Rodagem mantém a conservação da rede rodoviária estadual de rodovias federais, cuja conservação é delegada ao Estado.

A rede, segundo o tipo de revestimento, apresenta a seguinte composição:

Leito natural: 4.803,577 Km; revestimento primário: 2.248,373 Km; pavimentada: 1.682.778 Km; totalizando 8.734,728 Km.

Atende ainda o DER, dentro de suas possibilidades, em caráter de assistência eventual, uma rede de rodovias municipais cuja extensão é de 1.894.420 Km.

A natureza dos equipamentos existentes e a percentagem em funcionamento, está evidenciada no quadro seguinte:

Motoniveladoras: 126 — paralisadas: 36.

Caminhões 384 — paralisados: 70.

Tratores: 45 — paralisados: 4.

Pás carregadeiras: 43 — paralisadas: 21.

Rôlos compactadores: 28 — paralisados: 11.

Usinas de asfalto e equipamentos diversos: 45 — paralisados: 16.

Veículos leves: 228 — paralisados: 32".

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, estou acompanhando com interesse o relatório que V. Exa. está lendo, porque me lembro muito bem de como V. Exa. combateu tenazmente o governo anterior, quando fez uma aquisição de maquinário para o DER, a preços que, realmente, eram os mais baixos oferecidos na época. Tanto isso é verdade que o município de Porto Alegre e o próprio município de Curitiba, se interessaram e adquiriram o mesmo maquinário, porque o preço era excelente.

O Governo anterior comprou o equipamento e ele está funcionando. V. Exa. diz que existem 126 motoniveladoras, se não me engano, mas que 36 estão paralisadas. Mas, nobre Deputado, uma motoniveladora, às vezes, pode ficar paralisada até por falta de óleo diesel. Então precisa-se saber a causa dessa paralisação. Um trator fica parado, às vezes, por falta de pneu. Achamos que o Governo do Estado tem razão em tentar obter, desta Casa, autorização legal para contrair o empréstimo que pretende, porque, realmente, sem dinheiro ninguém realiza obras. E o Governo do Estado precisa desse dinheiro, razão pela qual vamos votar favoravelmente.

Mas, nobre Deputado gostaria de dizer a V. Exa. que considero esses relatórios como comida, cada um tempera a seu gosto.

De maneira que esses relatórios não merecem muita fé, porque a veracidade deles sempre deixa algo a desejar. São relatórios elaborados com um único objetivo, denegrir e tentar apagar a imagem que a administração passada deixou na retina do povo paranaense.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado, e quero ressaltar que V. Exa. talvez esteja cometendo uma injustiça quando diz que me insurgei contra a compra dos equipamentos. Era contra a forma da compra. Exigia a concorrência pública, mas nunca me insurgei contra a aquisição. V. Exa. está querendo desvirtuar o meu pronunciamento, dizendo que

estou, através desse relatório, querendo diminuir o Governo passado. Em absoluto, V. Exa. é empresário, como eu também sou, e sabe que como nós temos uma certa idade para viver e morrer, as máquinas também têm idade. Veja que V. Exa. se antecipou ao que diz o relatório. "Ninguém está querendo atacar o governo passado, porque essas máquinas que estão aí servindo, não foram todas adquiridas no Governo passado. Cumpre ainda ressaltar que a idade média gira em torno de 10 anos". V. Exa. há de convir que as máquinas trabalhando mais de 10 anos, tornam-se onerosas e não têm mais condições. V. Exa. sabe que no Governo passado, por essa mesma razão, diversos caminhões e até motoniveladoras, consideradas inservíveis ao Estado, foram doados às Prefeituras. E outras tantas máquinas estão sendo doadas agora, porque não têm condições de atender aos serviços das rodovias do Paraná.

"Tendo em vista o uso e grau de utilização, o equipamento apresenta rendimento muito abaixo do ideal, agravado pelo alto custo de manutenção".

De modo que quero agradecer ao nobre deputado Erondy Silvério, quando diz que irá votar favoravelmente a esse empréstimo, porque reconhece que o Governo necessita desse financiamento, a fim de dar prosseguimento a essas obras. Só não concordo com V. Exa., quando quis antecipar meu pronunciamento e investe contra este seu colega, no sentido de dar a impressão de que vim a esta Tribuna para atacar o ex-Governador. Participei e fui dos que mais percorri o Paraná, em favor de sua candidatura. Divergi no final. Mas, jamais ocuparei esta Tribuna, para dizer que Paulo Pimentel não realizou em favor do Paraná. De modo que sou coerente com minhas atitudes, nobre Deputado.

"Torna-se imprescindível a aquisição imediata de equipamento necessário para cobrir o déficit existente com investimento da ordem de sessenta milhões, pois com o equipamento existente, o Departamento de Estradas de Rodagem não tem mais condições de realizar a conservação da rede rodoviária com a eficiência desejável".

E aqui temos uma relação do equipamento que o DER necessita, a fim de poder dar prosseguimento e atendimento na manutenção e conservação de nossas rodovias. Aqui está a relação:

- 100 motoniveladoras de 12 toneladas;
- 8 motoniveladoras de 16 toneladas;
- 20 caminhões carroceria (10 toneladas);
- 59 pás carregadeiras;
- 2 distribuidores de asfalto;
- 20 carretas para transporte;
- 22 tratores de rodas (90 HP);
- 20 rompedores de pavimento;
- 100 camionetas;
- 8 rolos compressores;
- 24 rolos tanden;
- 8 rolos compactadores;
- 3 rolos vibratórios;
- 337 caminhões basculantes;
- 3 unidades de lubrificação;
- 20 estações de rádio fixas;
- 12 fábricas de tubo de concreto;
- 2 cavalos com carreta;
- Ferramentas e equipamentos de oficina;
- 4 laboratórios de campo;
- Conjunto de britagem;
- 10 alimentadores mecânico — Cassific. Vibratório;
- 19 betoneiras de concreto;

1 automóvel;
40 jeeps”.

Nós temos aqui, para conhecimento dos srs. Deputados, e isso faz parte integrante do plano rodoviário do Governo 71-74, para dar demonstração a esta Casa da aplicação desses recursos ora solicitados à Assembléia Legislativa do Paraná,

“OBJETOS RODOVIARIOS

PROJETOS PRIORITARIOS:

Definidos segundo os seguintes objetivos fundamentais:

1) FACILIDADE DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO PELOS PORTOS

LITORANEOS DO PARANÁ.

RODOVIAS FEDERAIS:

BR-153 — Jacarezinho-Sto. Ant. da Platina — Pav. 21 km.

Sto. Ant. da Platina-Ibaiti-Ventania — Ter. Compl. e Pav. 127 km.

Ventania-Alto do Amparo — Ter. Compl. e Pav. 85 km.

BR-277 — Palmeira-Irati-Relógio — Pav. 122 km.

BR-280 — Santa Rita-Pato Branco-Marmeleiro — Impl. Básica e Pav. 170 km.

BR-467-163 — Cascavel-Toledo-Guaíra — Impl. Básica e Pav. 163 km.

2) CONTINUIDADE DA REDE-TRONCO PAVIMENTADA.

RODOVIAS FEDERAIS:

BR-272 — Francisco Alves-Guaíra — Impl. Básica e Pav. 46 km.

BR-369-376 — Cortório de Apucarana — Impl. Básica Pav. 11 km.

RODOVIARIAS ESTADUAIS:

PR-86 — Umuarama-Iporã — Pav. 47 km.

BR-86 — Iporã-Francisco Alves — Impl. Básica e Pav. 15 km.

3) AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRÁFEGO NAS RODOVIAS JÁ PAVIMENTADAS.

RODOVIAS FEDERAIS:

BR-277-376 — Curitiba-Ponta Grossa-Caetano (2a. Pista) — Impl. Básica e Pav. 124 km.

BR-369 — Cambé-Rolândia (2a pista) — Pav. 16 km.

BR-369-376 — Maringá-Rolândia — Impl. Básica e Pav. 60 km.

BR-369 — Rolândia-Londrina (2a. pista) — Impl. Básica e Pav. 23 km.

4) ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS.

RODOVIAS FEDERAIS:

BR-369 — Cascavel-Campo Mourão — Impl. Básica e Pav. 160 km.

BR-373 — Cel. Vivida-Barracão — Impl. Básica e Pav. 120 km.

5) INTEGRAÇÃO REGIONAL.

RODOVIAS FEDERAIS:

BR-272 — Mauá-Faxinal — Pav. 10 km.

Faxinal-Porto Ubá — Impl. Básica e Pav. 34 km.

BR-272 — Campo-Mourão-Goioerê — Impl. Básica e Pav. 74 km.

RODOVIAS ESTADUAIS:

PR-1 — Sto. Ant. da Platina-Siqueira Campos-Wenceslau Brás — Pav. 80 km.

PR-2 — Assaí-Jataizinho — Impl. Básica e Pav. 16 km.

PR-2 — Assaí-São Jerônimo da Serra — Impl. Básica 46 km.

PR-4 — Campo Mourão-Pitanga-Guaíra — Impl. Básica 159 km.

PR-12 — Cornélio Procopio-Congoinhas — Ter. Compl. e Pav. 45 km.

PR-72 — Porto Ubá-Ivaiporã — Impl. Básica e Pav. 26 km.

PR-79 — Jacarezinho-Cambará — Impl. Básica 22 km.

PR-81 — Arapoti-Wenceslau Brás — Impl. Básica 35 km.

PR-83 — Curitiba-Colombo e Contorno — Ter. Compl. e Pav. 12 km.

PR-88 — Francisco Beltrão-Capanema — Impl. Básica e Pav. 90 km.

Contorno Rio Branco do Sul — Imp. Básica e Pav. — 2 km.

EXTRA-PLANO — JUNÇÃO BR-376 (MAURA) — TELEMÁCO BORBA — Pav. 30 km.

6) VIAS DE CARÁTER TURÍSTICO

RODOVIAS ESTADUAIS:

PR-54 — Guaratuba-Bem Bem — Ter. Compl. e Pav. 37 km.

Acesso a Santa Clara — Ter. Compl. e Pav. 10 km.

7) ARTICULAÇÕES INTERESTADUAIS.

RODOVIAS FEDERAIS:

BR-376 — Paranayá-Div. Mato Grosso — Impl. Básica e Pav. 90 km.

BR-487 — Ponta Grossa-Campo Mourão-Pontal do Tigre (Div. Mato Grosso) — Impl. Básica e Pav. 434 km.

BR-480 — Pato Branco-Div PR-SC — Impl. Básica e Pav. 30 km.

RODOVIAS ESTADUAIS:

Extra-Plano — Nova Esperança-Paranacity-Colorado — Impl. Básica e Pav. 50 km.

PR-11 — São Mateus do Sul-Três Barras — Impl. Básica 29 km.

PR-13 — Maringá-Sto. Inácio — Impl. Básica e Pav. 90 km.

PR-71 — Porecatu-Pôrto Campim (ou Pôrto Alvorada) — Impl. Básica e Pav. 20 km.

PR-72-87 — Mauá-Londrina-Marta-Charles Nauffal — Pav. 163 km.

O sr. Erendy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Primeiro peço desculpas por interromper a leitura que V. Exa. está fazendo do relatório, mas consultaria a V. Exa., na qualidade de Líder do Governo nesta Casa, se nos permitiriam que, na segunda discussão, — antes que-ria dizer a V. Exa. que a leitura deste relatório nos entusiasmou porque o que o Paraná tem hoje mesmo é de asfalto, é só o que falta a este Estado para conseguir o lugar que bem merece dentre as unidades da federação brasileira e o Governo pretende, no seu quadriênio, quase que dobrar o que asfaltou Paulo Pimentel, o que é quase um recorde na história do Paraná, — como seria recebida por parte do Governo uma emenda no sentido de nós elevarmos o montante do empréstimo pretendido que ele acusa no seu plano de pavimentação, a exemplo de Curitiba-Colombo, toda a região metropolitana de Curitiba; porque nós sabemos que Curitiba, pelo seu diminuto território, já está saturada, e que o povo curitibano vai ter que servir-se, principalmente dos seus produtos horti-granjeiros dos municípios limítrofes da Capital.

Temos aqui o caso da estrada velha de São Paulo, a célebre estrada da Ribeira, que talvez seja assim uma região riquíssima que pode fornecer não só minérios, mas também aqueles produtos indispensáveis à população curitibana. Temos a ligação Curitiba-Almirante Tamandaré, que necessita ser feita nos dois sentidos, tanto da ligação pela estrada de Rio Branco do Sul, como pelo prolongamento da Avenida Hugo Simas, no Pilarzinho.

Temos a ligação Curitiba-Campo Mourão, também pela estrada velha, abrangendo os distritos de Campo Comprido, Balsa Nova, etc., enfim a região metropolitana que mereceria, e deve merecer uma atenção, porque o próprio futuro de Curitiba nós temos que prevenir hoje, porque amanhã seria lastimável Curitiba ficar sem seus principais produtores, que são os municípios adjacentes. E com um pouquinho mais de dinheiro, tenho a certeza, o Governo do Estado poderia consagrar-se perante a opinião pública curitibana, promovendo essa ligação com a região metropolitana da Capital.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre deputado Erendy Silvério, e levarei a S. Exa., o sr. Haroldo Leon Peres, a sugestão formulada por V. Exa., que acho das mais justas, porque nós precisamos dar a esses municípios vizinhos, que são realmente os que trazem a sustentação da população de nossa Capital, condições para que eles possam, com mais facilidade, chegar com seus produtos, com o esforço de seu trabalho, às fontes consumidoras.

Levarei como contribuição a S. Exa. o sr. Governador do Estado, nobre deputado Erondy Silvério. E tenho certeza que S. Exa. receberá sua contribuição favoravelmente, porque é também do interesse do Governo dar a todos os municípios condições necessárias para que eles possam se desenvolver e trazer o desenvolvimento que, em última análise, é o desenvolvimento de nosso Estado.

De modo que agradeço a solicitação e o aparte que muito me honrou.

Mas, srs. Deputados, vejam Vs. Exas., Campo Mourão-Pitanga, nós sabemos da luta que o Líder, do MDB vem desenvolvendo, pois que S. Exa., com grande responsabilidade, vem representando o maior município do Paraná, aqui nesta Casa, o município de Guarapuava. E S. Exa. mesmo não desconhece que diversas estradas existem no sentido de Relógio-Pitanga — Campo Mourão; Guarã-Pitanga-Campo Mourão e Guarapuava-Pitanga-Campo Mourão, e eu sei e conheço as solicitações e até mesmo as pressões que o nobre deputado Nivaldo Kruger vem sofrendo em sua região, a fim de que defenda os interesses de Guarapuava, para essa estrada, partindo de Campo Mourão-Pitanga, venha a sair em Guarapuava.

E eu quero, nesta oportunidade, de público, assumir um compromisso que já havia assumido particularmente com o sr. deputado Nivaldo Kruger, de que se o estudo feito desta estrada Campo Mourão-Pitanga-Guarapuava oferecer condições favoráveis, eu estou com S. Exa. nessa luta, porque tenho interesse naquela região, para que, junto às autoridades responsáveis, lutemos por este plano rodoviário, porque já manifestei, nesta Tribuna, o interesse de minha região, de que a estrada Palmeira-Irati-Relógio saísse em Pitanga.

De modo que assumo o compromisso com o nobre deputado Nivaldo Kruger para junto lutarmos a fim de conseguirmos uma vitória para o maior município do Paraná, que é Guarapuava, fazendo com que essa estrada passe realmente por essa cidade, por esse município que tantos benefícios e tantos recursos tem carregado ao Estado do Paraná através de seu orçamento.

O Sr. Nivaldo Kruger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)
Nobre Deputado, não posso esconder a minha satisfação, e por isso pedi este aparte para também aqui manifestar, em nome daquela região, daquele povo, a nossa satisfação por ter V. Exa. como aliado nesta luta, para que aquela rodovia bifurque a BR-277, na cidade de Guarapuava. As vantagens, já discutimos várias vezes; e as vantagens para o Estado e para a população são evidentes. E agora, com a posição definitiva assumida por V. Exa. neste caso particular, temos certeza que nós a teremos muito mais pela influência e pelo prestígio de V. Exa. do que pela minha, porque V. Exa., ao ponderar ao Governo, o fará com a autoridade de líder do Governo e líder do seu partido, e isto há de pesar muito.

Guarapuava, a região de Pitanga e Palmeirinha, Balsa Nova e Rio Bonito, toda esta imensa região há de ficar grata pela atitude autêntica que V. Exa. assume neste instante.

Quando ao relatório que V. Exa. vem fazendo, vem desenvolvendo no sentido de informar a Casa sobre os pontos de vista do Governo, eu também quero dizer a V. Exa. que estou plenamente de acordo com o ponto de vista da Diretoria do DER, e, em última análise, do Governo, quando diz que o DER não está preparado. Conhecemos as diversas rodovias; a carência de equipamentos de meios a que estes distritos estão sujeitos, as reivindicações das zonas produtoras, são cada vez mais inérgicas, no sentido de receber atendimento. Estou de acordo com V. Exa., com o seu argumento no sentido de que se forneçam recursos ao Governo, venham de onde vierem, para atender este setor importantíssimo. Estou de pleno acordo com este ponto

de vista do Governo, de dar prioridade a um dos setores que reputo da maior importância do Paraná.

Era o aparte.

O SR. JOAO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre líder da Bancada do MDB, deputado Nivaldo Kruger.

Prosseguindo: — (lendo:

PR 12 — Cornélio Procopio-Congoínhas — Terr. Compl. e Pav.	45 Km
PR 72 — Pôrto Ubá-Ivaiporã — Impl. básico e Pav.	26 Km
PR 79 — Jacarèzinho-Cambará — Impl. básico	22 Km
PR 81 — (PR 11) — Arapoti-Wenceslau Braz — Impl. básico	35 Km
PR 83 — Curitiba-Colombo e Contorno — Ter. Compl. e Pav.	12 Km
PR 88 — Francisco Beltrão-Capanema — Impl. básico	90 Km
contorno-Est. Branco do Sul — Impl. básico e Pav.	2 Km
Extra Plano — Junção BR-376 (Mauá) — Telémaco Borba — Pav.	30 Km.

6) VIAS DE CARATER TURISTICO RODOVIAS ESTADUAIS:

PR 54 — Guaratuba-Ben-Ben — Ter. Compl. e Pav.	37 Km
Acesso à Santa Clara — Ter. Compl. e Pav.	10 Km

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).
Tenho observado — não entendo do assunto na forma técnica — mas tenho observado, pelo relatório que faz à Casa, que existem estradas às quais V. Exa. se refere, cuja verba se destina à implantação básica e pavimentação. Estaria que V. Exa. esclarecesse, se possível se com referência à BR 88, que Nga Francisco Beltrão a Capanema, a verba é apenas para implantação básica.

O SR. JOAO MANSUR — E. Implantação básica — 90 Km. A primeira etapa.

O sr. Sebastião Rodrigues — Obrigado.

O SR. JOAO MANSUR — Temos aqui:

"ARTICULAÇÕES INTERESTADUAIS:

RODOVIAS FEDERAIS:

BR-376 — Paranavaí-Div. Mato Grosso — Impl. básica e Pav.	90 Km
BR-487 — Ponta Grossa-Campo Mourão-Pontal do Tigre (Div. Mató Grosso) — Impl. básica e Pav.	434 Km
BR 480 — Pato Branco-Div. PR/SC — Impl. básica e Pav.	30 Km

RODOVIAS ESTADUAIS:

Extra-plano — Nova Esperança-Paranacity-Colorado — Impl. básica e Pav.	50 Km
PR-11 — São Mateus do Sul-Três Barras — Impl. básica	29 Km
PR-13 — Maringá-Santo Inácio — Impl. básica e Pav.	90 Km
PR-71 — Porecatu-Pôrto Capim (ou Pôrto Alvorada) — Impl. básica e Pav.	20 Km

PR-72/PR-87 — Mauá-Londrina-Warta-Charles Nauffal — Pav. 163 Km

Reequipamento do Departamento de Estradas de Rodagem, destinado à conservação e melhoramentos da rede rodoviária sob sua responsabilidade, na extensão de 3.800 Km. dos quais 7.100 Km. não pavimentados, além de 1.800 Km. de rodovias municipais, às quais o Estado presta assistência de conservação.

Será necessário colocar recursos no montante de sessenta milhões de cruzeiros para o investimento requerido na aquisição de caminhões, tratores, pás-carregadoras, motoniveladoras e outros equipamentos".

Sr. Presidente, temos ainda, no setor ferroviário e portuário...

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Já que V. Exa. encerra o relatório que diz respeito à parte rodoviária, mais do que nunca me convenço de que estes esclarecimentos eram realmente necessários para um entendimento perfeito do problema do empréstimo solici-

tado. Quero dizer a V. Exa. que quem formulou o plano rodoviário prioritário do Governo do Estado, no que diz respeito ao sudoeste, deve tê-lo feito pelo telefone, e deve desconhecer totalmente a realidade de minha região. Vão asfaltar duas estradas passando pelos mesmos lugares e vão deixar sem asfalto a estrada de Francisco Beltrão a Capanema. Já existe uma estrada que liga Cel. Vivida a Francisco Beltrão, via Pato Branco. Vão asfaltar outra de Pato Branco a Francisco Beltrão, vão fazer outra de asfalto de Cel. Vivida a Francisco Beltrão, e deixam sem asfalto uma estrada — para a qual consta do relatório implantação básica — estrada esta de Francisco Beltrão a Capanema. É um desperdício o que vão fazer com este empréstimo, se fôr dada esta destinação. Entenderia que se fizesse implantação básica da rodovia de Cel. Vivida a Francisco Beltrão, porque já existiria estrada asfaltada de Vel. Vivida a Francisco Beltrão, mas que se asfaltasse de Francisco Beltrão a Capanema, da qual depende a economia de uma série de municípios. É uma estrada que tem esviado economicamente as cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco, obrigando a que o escoamento dêsses municípios à margem da BR-88, seja feito por caminhos mais longos, porém mais convenientes, pelo péssimo estado daquela estrada durante o ano. Não compreendo e deixo gravado de início o meu protesto, porque pretendo desenvolvê-lo, já que interessa à economia de oito municípios o asfaltamento da estrada de Francisco Beltrão a Capanema.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre deputado Sebastião Rodrigues.

E fico satisfeito quando vejo a reação do nobre Deputado que representa uma das regiões mais ricas do nosso Estado. Isto é muito importante e vem de encontro ao juízo que sempre fiz de V. Exa., como um representante balizador dos interesses de sua região.

Mas, veja V. Exa., aqui está este plano: primeira etapa, com implantação básica de 90 Km. E agora espero, de acordo com a manifestação feita por V. Exa., que V. Exa. encampe, como o nobre deputado Nivaldo Krüger está encampando, junto comigo, esta luta em favor dessa estrada, e V. Exa. terá todo nosso apoio. E tenho certeza que outros Deputados que integram nesta Casa aquela região virão de encontro a essa nossa solicitação, a esse nosso desejo, que é uma das mais justas reivindicações de V. Exa. e merece todo nosso apoio.

Tenho certeza, nobre Deputado, que o Governo do Estado não ficará mudo a esta reivindicação que iremos levar até o Governo, porque também conhecemos essa parte de nosso Estado, e achamos das mais justas essa reivindicação.

Mas, está prevista a implantação básica de 90 Km., aqui não diz se vai ser asfaltada. Então, resta que V. Exa. encampe essa luta conosco, em favor da implantação asfáltica dessa estrada, que é uma das mais importantes para a economia paranaense.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Apenas para um esclarecimento: O que pretendo encampar é a inversão do que estabelece esse relatório para o tratamento dessas estradas. Para ir de Coronel Vivida a Barracão já terão estrada asfaltada, independente desta nova. Ora, para se ir de Francisco Beltrão a Capanema, só existe essa estrada. Então porque não inverter o processo e fazer primeiro a implantação básica nesta estrada secundária para cujo percurso já existe uma estrada asfaltada, e faz a implantação da outra que é só uma.

O que proponho é a inversão, se não fôr possível o atendimento de ambas.

O SR. JOÃO MANSUR — Eu me comprometo com o nobre Deputado a irmos juntos à Secretaria de Transportes para lutarmos, desde amanhã, por esta inversão.

E o compromisso que assumo com V. Exa., para, juntos, levarmos esta reivindicação aos homens responsáveis por este setor.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nobre Deputado, é verdade que nos encontramos em la. discussão do Pro-

Jeto de Lei, e V. Exa. está justificando, brilhantemente, da Tribuna, e nossa la. discussão o Regimento manda que se verse sobre a constitucionalidade e utilidade e que a votação seja feita englobadamente.

V. Exa., com a generosidade que lhe é peculiar, já está trazendo à Casa uma grande carga de esclarecimentos, evidentemente dos mais valiosos. E entre os esclarecimentos prestados por V. Exa.; a fim de que possa eu também ficar esclarecido, tomo a liberdade de consultá-lo sobre o seguinte: V. Exa. diz que está incluído no programa do DER uma via entre Rolândia e Maringá, além do trato de pavimentação de outra rodovia Maringá-Londrina. Entrão, gostaria de ter ciência, mais uma vez, se tssa rodovia Rolândia-Maringá possivelmente passará por perto de Astorga, Sbaúdia, Arapongas, Santa Fé, Lobato, e outros municípios. E tenho em vista outros Projetos de Lei existentes nesta Casa nos quais a rodovia Arapongas-Astorga se acha incluída no orçamento deste ano, como realização do DER e, de um modo geral, se face a este plano o atual orçamento e verbas orçamentárias do DER, serão abandonados pelo atual Governo. E a pergunta que fazemos, para que o nobre Líder nos esclarecesse, se fôsse possível. Muito obrigado.

O SR. JOÃO MANSUR — E com satisfação. Agradeço o aparte de V. Exa. Trarei a V. Exa. os esclarecimentos, mas queria apenas dizer, por uma coincidência, porque o trecho Arapongas-Astorga foi contratado pelo Governo passado, e a firma que venceu aquele contrato é de um amigo meu, que está aguardando a ordem de serviço para iniciar os trabalhos.

Não conhecia e não sabia se essa estrada estava no plano do atual Governo. E no desejo e no interesse que eu nunca deixei de manifestar nesta Casa, de levar a estrada Irati-Relógio, fui propor ao sr. Governador, a possibilidade da permuta desse trecho Arapongas-Astorga, porque havia recebido uma informação de que por lá iria passar uma estrada federal e que, talvez, esse trecho não fôsse executado pelo Estado. Recebi do sr. Governador a resposta de que para esse trecho vai ser dada a ordem de serviço. Isso apenas como esclarecimento; foi uma conversa informal. Mas, trarei a V. Exa. esclarecimentos precisos, do órgão competente, com relação a Arapongas-Astorga, que é o que V. Exa. deseja saber.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Complementando, não podia ser de outra forma. A proposta de V. Exa. não podia ser aceita pelo sr. Governador, porque V. Exa. conhece muito bem a estória.

O SR. JOÃO MANSUR — Conheço a luta de V. Exa. por essa estrada.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. conhece bem a estória. Os Prefeitos da região apoiariam o candidato que levasse o asfalto a Arapongas-Astorga. Com a dessistência do nobre ex-deputado Abrahão Miguel, por ter sido nomeado juiz do Tribunal de Alçada, fui procurado pelos Prefeitos da região que numa prova desvanecedora de confiança, me ofereceram o apoio em troca do início da obra. Lutamos até que V. Exa., gentilmente, nos conduziu à casa do Empreiteiro ue venceu a concorrência, onde fizemos um apêlo para que ele iniciasse os trabalhos sem a ordem de serviço, e ele, comerciante que era, não podia atender ao nosso apêlo. Mas o atual Governador do Estado mandou chamar os Prefeitos da região e ameaçou-os de que, se continuassem apoiando meu nome, não teriam o asfalto; mas se apoiassem o nome do 2.º secretário desta Casa, deputado Quielise Crisóstomo da Silva, teriam o asfalto. Portanto, S. Exa. não pode fugir à palavra empenhada. Eles elegeram o 2.º Secretário da Casa e têm direito ao asfalto; têm de cobrar ao Governador a promessa que foi feita.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte. Desconhecia esse episódio, mas vejo que o sacrifício de sua candidatura veio redundar em benefício daquela região. Foi um sacrifício que não representou muito para V. Exa., porque para nossa satisfação, e do povo do Paraná V. Exa. foi reeleito e está aqui conosco, prestando serviços ao Paraná e à sua gente.

De modo que, findo o prazo que tinha, espero com isso ter trazido alguns esclarecimentos, e me comprometo a trazer novos esclarecimentos aos srs. Deputados, a fim de que possamos dar ao Governador do Estado essa Lei Autorizatória, para que S. Exa. possa lutar por esse empréstimo, e dar ao Paraná essas rodovias tão necessárias e tão importantes para seu desenvolvimento e engrandecimento.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei n.º 126-71. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento de autoria do sr. deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, dia 4, do aniversário do "Jornal da Manhã", de Ponta Grossa. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário dos Negócios dos Transportes, no sentido de que seja determinada a autorização do pagamento das horas extras em atraso, de janeiro a junho do corrente ano e das diárias desde o mês de abril, aos funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente solicitando seja enviado ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de ser incluído no Plano de Obras do D.E.R., o asfaltamento do trecho que liga a cidade de Umuarama com a rodovia asfáltica, num trecho aproximadamente de 1 Kilômetro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao sr. Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, no sentido de serem enviados mais funcionários para a Circunscrição de Trânsito de Umuarama. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Tomazoni, constante do Expediente solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 96-71, 125-71 e 133-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja convocado o sr. Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado do Paraná para que compareça a esta Assembléia Legislativa, a fim de prestar esclarecimentos.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, pede a palavra, para discutir

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para o final da Ordem do Dia da sessão seguinte.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã dia 7, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 126-71;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96-71.

Levanta-se a sessão.